

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.622, DE 2004 (Apenso o PL n.º 5.680/2005)

Acrescenta § 2.º ao art. 82 da Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Autor: Deputado GILMAR MACHADO

Relatora: Deputada EDNA MACEDO

I - RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei de autoria do ilustre Deputado **Gilmar Machado**, que acrescenta novo parágrafo ao artigo 82 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinando aos sistemas de ensino a previsão de formas de aproveitamento, como efetivo estágio, dos serviços sociais e comunitários prestados por seus alunos, em especial aqueles voltados para a educação popular.

Na Justificação, o autor relata experiências de estudantes que se têm dedicado voluntariamente a serviços comunitários voltados para a educação popular, ou a ações ligadas à saúde, meio ambiente e moradia de populações carentes. Destaca dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que ressaltam a importância, na educação, da formação cidadã e do estabelecimento de vínculos entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Expõe como contra-senso o ensino desvinculado da realidade social e que não prestigia as ações voluntárias dos alunos que dedicam à causa social o que aprenderam ou estão aprendendo. Daí a proposição, com o fim de



475F8F2B22

que possam ser reconhecidas como estágio as atividades sociais e comunitárias voluntariamente desenvolvidas pelos estudantes.

Foi-lhe apensado o Projeto de Lei n.º 5.680, de 2005, de autoria do Deputado Carlos Santana, acrescentando parágrafo ao artigo 2.º da Lei n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, de modo a permitir que os serviços voluntários prestados nos termos da Lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, sejam equiparados a estágio pelas instituições de ensino superior, desde que desenvolvidos em áreas afins aos cursos freqüentados pelos estudantes.

A Comissão de Educação e Cultura aprovou ambas as proposições nos termos do voto do Relator, Deputado Gastão Vieira, com emenda ao artigo 1.º da principal, a fim de corrigir equivocada menção (pelo número e data de publicação) à Lei do FUNDEF.

Nos termos dos artigos 32, IV, *a*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde não foram apresentadas emendas no prazo regimental, pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa de todas as proposições.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Os requisitos constitucionais formais das proposições foram obedecidos, tendo a União Federal competência legislativa sobre a matéria em exame (CF, arts. 22, XXIV e 24, IX); sendo a iniciativa parlamentar legítima, fundada no que dispõe o artigo 61 da Carta da República; e tendo sido o tema corretamente regulado por lei ordinária (CF, art. 59, III).

Inexistem, igualmente, quaisquer afrontas aos requisitos materialmente constitucionais, incorrendo-nos quaisquer reparos aos projetos de lei ou à emenda da Comissão de Educação e Cultura, no que concerne à sua



475F8F2B22

constitucionalidade.

No que se refere à juridicidade, entendemos que as proposições não se opõem a princípios jurídicos que possam impedir sua aprovação por esta Comissão.

Por fim, tendo em vista que esta Comissão não possui competência para se manifestar sobre o mérito dos projetos e emenda, não há grandes reparos à técnica legislativa das proposições, devendo haver alguns ajustes a fim de adequá-los às disposições da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001:

Deve ser oferecido substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3.622, de 2004, a fim de contemplar as sugestões de redação da Comissão de mérito referente à ementa (não incluída na redação da emenda ali aprovada); inserir novo artigo 1.º, nos termos do que determina o *caput* do artigo 7.º da Lei Complementar n.º 95/98; modificar o texto do atual artigo 1.º, uma vez que menciona “regulamentação a que se refere o *caput* “do dispositivo, quando não há ali qualquer referência a posterior normatização, incluindo ali os caracteres que indicam ser nova a redação (art. 12, III, “d”, da LC n.º 95/98); e incluir artigo com a cláusula de vigência da norma (art. 8.º da LC n.º 95/98).

Deve, igualmente, ser oferecida emenda ao Projeto de Lei n.º 5.680, de 2005, para incluir novo artigo 1.º, conforme determina o já citado *caput* do artigo 7.º da Lei Complementar n.º 95/98.

Feitas essas considerações, somos pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos PLs n.º 3.622, de 2004, na forma de Substitutivo** que contempla a emenda aprovada pela Comissão incumbida de apreciar o seu mérito, **e 5.680, de 2005, com emenda** de técnica ora oferecida.

Sala da Comissão, em de de 2006.



475F8F2B22

Deputada EDNA MACEDO
Relatora

ArquivoTempV.doc



475F8F2B22

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 3.622, DE 2004

Acrescenta § 2.º ao art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º. Esta Lei acrescenta parágrafo ao art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de maneira a determinar aos sistemas de ensino em todo o território nacional a previsão de formas de aproveitamento, como efetivo estágio, dos serviços sociais e comunitários prestados por seus alunos, em especial aqueles voltados para a educação popular.

Art. 2.º. O art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82.

§ 1.º. Os estágios realizados nas condições deste artigo não estabelecem vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista



475F8F2B22

na legislação específica.

§ 2.º . Na regulamentação dos estágios a que se refere o *caput* deste artigo, os sistemas de ensino deverão prever formas de aproveitamento, como de efetivo estágio, dos serviços sociais e comunitários desenvolvidos pelos alunos, por iniciativa própria ou da instituição a que estejam vinculados, em especial aqueles voltados para a educação popular. (NR)”

Art. 3.º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada EDNA MACEDO
Relatora



475F8F2B22

ArquivoTempV.doc



475F8F2B22

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.680, DE 2005

Altera a Lei n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que “Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2.º Grau e Supletivo e dá outras providências”.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1.º do projeto a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 1.º. Esta Lei acrescenta parágrafo único ao artigo 2.º da Lei n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, de modo a permitir que os serviços voluntários prestados nos termos da Lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, sejam equiparados a estágio pelas instituições de ensino superior, em todo o território nacional."

Sala da Comissão, em de de 2006.



475F8F2B22

Deputada EDNA MACEDO
Relatora

ArquivoTempV.doc